



GOIÁS TRANSMISSÃO S/A
CNPJ: 11.708.279/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - CARTA DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à devida apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A Goiás Transmissão S/A reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, bem como agradece a colaboração de todos os seus Acionistas, dos Membros do Conselho de Administração, dos Funcionários e dos Fornecedores. **Conselho de Administração**

1. HISTÓRICO: A Goiás Transmissão S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, e seus propósitos são específicos (SPE), desde 03 de fevereiro de 2010, cuja atividade operacional concentra-se na área de transmissão de energia elétrica e atualmente possui instalações na Região Centro-Oeste. Sua atividade é regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Através da Resolução nº 4.195, de 25 de junho de 2013, o Poder Concedente autorizou a implantação do reforço nas instalações objeto da concessão outorgada a essa Companhia. Tal reforço refere-se à implantação de um Reator 36 Mvar/13,8 kV no terciário do 3º banco de autotransformadores da SE Trindade e do 4º banco de autotransformadores 500/230 kV, 3x133 MVA da SE Trindade, cuja operação comercial definitiva se deu no dia 19 de janeiro de 2015. Por meio da Resolução Autorizativa nº. 9.997, de 18 de maio de 2021, a ANEEL autorizou a implantação da 2ª Ampliação da SE Trindade, que compreende a instalação do 1º Banco de reator de barra 500kV - (3+1) x 50Mvar. De acordo

com a referida outorga, a operação comercial do reforço deverá ocorrer até o dia 26 de maio de 2023. Quanto à estrutura societária, esta Companhia atualmente possui a seguinte composição acionária: Furnas Centrais Elétricas S/A ("Furnas") com 49,0% de participação e GEBRAS Participações LTDA., com 51% de participação.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2021	2020
Recicla Operacional Bruta (R\$ mil)	150.659	61.036
Recicla Operacional Líquida (R\$ mil)	142.271	56.323
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(33.442)	(14.700)
Lucro (Prejuízo) líquido do Exercício (R\$ mil)	90.953	20.263
Ativo Total (R\$ mil)	734.596	637.361
Dívida Bruta (R\$ mil)	324.098	163.968
Dívida Líquida (R\$ mil) (*)	290.124	154.473
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	335.380	407.128

* Dívida Líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

3. ENVIDAMENTO

	Taxa anual de juros	31/12/2021	31/12/2020
Itaú BBA	IPCA + 6,0548% a.a.	162.049	-
BTG Pactual	IPCA + 6,0548% a.a.	162.049	-
Total		324.098	-
Circulante		27.979	-
Não circulante		296.119	-

4. CAPITAL SOCIAL: O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de

2021, é de R\$ 174.095.200,00 (cento e setenta e quatro milhões, noventa e cinco mil e duzentos reais), representado por 315.195.000 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

Acionistas	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	154.445.648	49	85.307	154.445.648	49	154.446
Gebras Participações Ltda.	160.749.552	51	88.788	160.749.552	51	160.749
Total	315.195.200	100	174.095	315.195.200	100	315.195

5. AUDITORES INDEPENDENTES: Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis e em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente. A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2021		31.12.2020	
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.434		9.495	
Concessionárias e permissonárias	6	7.793		6.745	
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	58.337		49.824	
Outros créditos		344		412	
Total do ativo circulante		81.908		66.476	
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	18.540		7.753	
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	633.611		562.576	
Depósitos judiciais		122		122	
Imobilizado		415		434	
Total do ativo não circulante		652.688		570.885	
Total do ativo		734.596		637.361	

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado do exercício	90.953	20.263
Total do resultado abrangente do exercício	90.953	20.263

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		315.195	19.851	56.631	-	391.677
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.263	20.263
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	(1.013)	(1.013)
Constituição reserva legal		-	1.013	-	(4.812)	(4.812)
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	14.438	(14.438)	-
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		315.195	20.864	71.069	-	407.128
Redução de capital	14.a	(141.100)	-	-	-	(141.100)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	90.953	90.953
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	(4.548)	(4.548)
Constituição reserva legal		-	4.548	-	(21.601)	(21.601)
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		-	-	64.904	(64.904)	-
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		174.095	25.412	135.873	-	335.380

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$)

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Goiás Transmissão S.A. ("GOT" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49%) e Gebras Participações Ltda. (51%), vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado de Goiás. **1.2 Da concessão:** No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: (i) LT 500 kV, CD SE Rio Verde Norte - SE Trindade, (ii) LT 230 kV CD SE Trindade - SE Xavantim, (iii) LT 230 kV CS SE Trindade - SE Carajás, (iv) Subestação de Trindade em 500/230 kV, (v) Entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações acima entraram em operação comercial em outubro de 2013. A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a Resolução Homologatória nº 2.895/2021, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2021-2022, é de R\$ 76.394, incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL, procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos do reajuste tarifário quando os mesmos são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Sua percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração estima que o valor de indenização é de R\$ 119.784, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **1.3 Coronavírus ("COVID-19"); (a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID - 19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desalojamento da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. **(b) Medidas de assistência governamental adotadas pela Companhia:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas companhias: (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, relativos às competências março abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020; (ii) Adesão à suspensão, por prazo de seis meses, do pagamento das parcelas vincendas de 15 de junho de 2020 até 15 de novembro de 2020 do empréstimo junto ao BNDES. Nenhuma nova medida foi adotada em 2021, além das citadas acima. O setor de energia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **(c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia decidiu adotar o teletrabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade de trabalho para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio. **(d) Impactos nas demonstrações financeiras:** Os possíveis impactos do COVID-19 divulgados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de janeiro de 2022. Esses eventos poderão afetar temporariamente os resultados dos negócios em 2022, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível à normalidade, de modo que não são esperados impactos significativos quanto à recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo da Companhia. Com base nessas premissas, a Companhia revisitou suas bases orçamentárias e não observou impactos projetados relevantes para o exercício de 2022. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e inter-

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	31.12.2021		31.12.2020	
Passivo circulante					
Fornecedores	9	1.300		2.345	
Empréstimos e financiamentos	10	-		18.524	
Debêntures	11	27.979		974	
Impostos correntes a pagar		1.379		91	
Obrigações estimadas		100		16.624	
Dividendos a pagar	14.c	21.621		5.016	
Outras contas a pagar	12	4.139		27.979	
Total do passivo circulante		56.518		43.574	
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-		145.444	
Debêntures	11	296.119		-	
Provisão para riscos	13	11		-	
Tributos diferidos	19.a	46.568		41.215	
Total do passivo não circulante		342.698		186.659	
Patrimônio líquido					
Capital social	14.a	174.095		315.195	
Reserva de lucros	14.b	161.285		91.933	
Total do patrimônio líquido		335.380		407.128	
Total do patrimônio líquido e total do passivo		734.596		637.361	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa de atividades operacionais	Nota explicativa	31.12.2021		31.12.2020	
Lucro líquido do exercício		90.953		20.263	
Ajustes ao lucro:					
PIS e COFINS diferidos	19.b	2.903		(41)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.c	2.450		(35)	
Juros sobre empréstimos	10.a	6.928		13.487	
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures		11	28.654	-	
Depreciação		-	83	-	
Rendimentos de aplicações financeiras		-	(495)	-	
Remuneração do ativo de contrato	7	(135.520)		(49.969)	
Provisão para contingências		-	11	-	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber (Ativo de contrato)		7	55.972		51.092
Concessionárias e permissonárias			(1.048)		(775)
Outros créditos e outros ativos			68		248
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores			(1.045)		(806)
Impostos correntes a pagar			2.428		1.555
Obrigações estimadas			9		23
Outras contas a pagar			(877)		(906)
Juros pagos	10.a		(20.988)		(10.923)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(2.023)		(1.415)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			28.463		21.673
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Imobilizado			(64)		999
Aplicações financeiras			(10.292)		978
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento			(10.356)		1.977
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de debêntures	11.a		314.388		-
Pagamento de empréstimos - Principal	10.a		(168.852)		(12.900)
Redução de capital	14.a		(141.100)		-
Dividendos pagos	14.c		(16.604)		(12.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			(12.168)		(24.900)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			5.939		(1.250)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4		9.495		10.745
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4		15.434		9.495
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			5.939		(1.250)

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	15.139	11.067
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	135.520	49.969
Insunhos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(10.413)	(17.014)
Valor adicionado bruto	140.246	44.022
Depreciação e amortização	(83)	(83)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	140.163	43.939
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.708	510
Valor adicionado total a distribuir	142.871	44.449
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	1.509	1.561
Remunerações	489	461
Férias e 13º Salário	104	99
Encargos sociais (Exceto INSS)	46	44
Benefícios	229	234
Administradores	641	723
Impostos, taxas e contribuições	14.259	7.415
INSS (Sobre folha de pagamento)	159	149
ICMS	158	493
PIS/COFINS s/faturamento	5.499	2.228
Tributos sobre o lucro	5.536	2.027
Obrigações intra-setoriais	2.889	2.485
Outros	18	33
Remuneração de capitais de terceiros	36.150	15.210
Encargos de dívida e variação monetária	35.190	13.533
Outras	960	1.677
Remuneração de capitais próprios	90.953	20.263
Lucro retido do exercício	69.352	15.451
Dividendos	21.601	4.812
Valor adicionado distribuído	142.871	44.449



GOIÁS TRANSMISSÃO S/A CNPJ: 11.708.279/0001-89

ção social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%.

Table with columns for 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include Fornecedor Schneider Electric, Fumas, Cel Engenharia, Pflfner do Brasil, Grid Solutions, Outros, Total, 10 Empréstimos e financiamentos, a. Composição, BNDES Subcrédito A, BNDES Subcrédito B, BNDES Subcrédito C, BNDES Subcrédito D, FCO, Total, Circulante, Não circulante.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir: Saldo em 31 de dezembro de 2019 Provisões de juros Juros pagos Amortização de principal Saldo em 31 de dezembro de 2020 Provisões de juros Juros pagos Amortização de principal Saldo em 31 de dezembro de 2021

11 Debêntures: A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$325.000.

12 Outras contas a pagar Pesquisa e desenvolvimento – P&D RGR Taxa de fiscalização Antecipação Aviso de Crédito Outros Total

13 Provisões para riscos: A Companhia está envolvida em processos cíveis e tributários, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

Table with columns for Cível, Tributário, Total, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Provável (a), Possível (b), Total.

14 Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 174.095, representado por 315.195.200 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Table with columns for Quantidade de ações, % do ordinárias, Valor, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Ações Ordinárias, Total.

Acionistas Fumas - Centrais Elétricas S.A. Gebrabras Participações Ltda. Total

Lucro líquido do exercício Reserva legal (5%) Lucro líquido do exercício ajustado Dividendo mínimo obrigatório (25%) Reserva de retenção de lucros

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2020 Constituição reserva de lucros Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021

15 Resultado por ação Lucro líquido do exercício Quantidade de ações ordinárias ponderadas (em milhares) Resultado por ação ordinária ponderada (em reais)

16 Receita líquida Receita de remuneração ativo de contrato Receita de operação Receita bruta PIS e COFINS Encargos regulatórios Receita líquida

17 Despesas gerais e administrativas Pessoal Administradores Material Serviços de terceiros Arrendamentos e alugueis Seguros Tributos Depreciação Outras despesas e receitas operacionais Total do custo de operação e manutenção

18 Resultado financeiro Recaudas financeiras Rendimento de aplicações financeiras Outras receitas financeiras

Table with columns for 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include Despesas financeiras, Total do resultado financeiro, 19 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos, Natureza dos tributos, PIS diferido, COFINS diferido, IRPJ diferido, CSLL diferido.

b. PIS e COFINS - Deduções da receita Receita anual permitida (RAP) Alíquota de PIS e COFINS Imposto corrente no resultado

c. Imposto de renda e contribuição social Receita Anual Permitida (RAP) Lucro presumido Recaudas financeiras Base de cálculo

20 Custos Pessoal Material Serviços de terceiros Arrendamentos e alugueis Seguros Outros custos de operação e manutenção Total do custo de operação e manutenção

21 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 09 Nivel valor justo

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após



GOIÁS TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.708.279/0001-89

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Goiás Transmissão S.A.: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2022. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.